

Fernando Molica

Lula: 'Obrigado, Donald'

Por mais que critique decisões tomadas por Donald Trump, o presidente Lula (PT) não tem do que reclamar dele. O colega norte-americano, com gestos direcionados ao Brasil, tem permitido ao petista recuperar a bandeira do nacionalismo que havia sido tomada por Jair Bolsonaro e seus seguidores.

A retirada de acesso de um policial dos Estados Unidos a dependências e sistemas da Polícia Federal mostra que o Palácio do Planalto decidiu manter o discurso feito, no ano passado, quando da edição do tarifaço pela Casa Branca.

Desta vez, a medida atendeu ao princípio da reciprocidade e está relacionada à solicitação para que um delegado da PF deixasse os EUA: ele teria atuado de maneira indevida no processo de detenção do ex-deputado Alexandre Ramagem.

Ao anunciar que poderia partir para a retaliação, Lula procurou ressaltar suas diferenças em relação ao bolsonarismo, que tanto louva os EUA e, particularmente, Trump — o país e o governante identificados pela extrema direita brasileira como defensores da liberdade.

O petista tenta mostrar que os elogios aos EUA não passam de atitude antipatriótica, de subserviência, de submissão do Brasil aos interesses da mais poderosa das nações. A estratégia deu certo no ano passado quando o Planalto protestou contra as tarifas impostas pela Casa Branca e ainda conseguiu um encontro amistoso com Trump.

Agora, a situação é um pouco mais delicada. Num primeiro momento, a PF atribuiu a detenção de Ramagem a uma cooperação com autoridades policiais dos EUA. Pelo visto, não foi bem assim; a versão de que ele foi em cana por causa de um acidente ou incidente de trânsito parece mais razoável.

A decisão norte-americana de apontar o caminho de casa para o delegado que representava a PF no Serviço de Imigração e Controle de Aduanas dos Estados Unidos — o ICE, que inferniza a vida de imigrantes — deu a Lula a chance de voltar a falar grosso, e de ameaçar retribuir o cartão vermelho.

O presidente, porém, foi cauteloso: não disse que tomaria a medida, isso dependeria das condições da punição ao brasileiro, da eventualidade de abuso de poder. Garantiu o discurso, mas manteve o pé atrás.

Ao anunciar a retirada das credenciais do policial norte-americano, e o conseqüentemente impedimento do trabalho que ele realizava no Brasil, o diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, confirmou o que Lula prometera. E garantiu ao presidente o discurso de que defende a honra brasileira, o verde-amarelo, a pátria nossa, mãe gentil.

Lula ainda reafirmou uma lógica tão presente numa sociedade machista, a de que tomou uma atitude "de homem", atributo que também havia sido apropriado pelo bolsonarismo com seus permanentes cultos à polícia e aos militares.

A nova fala do presidente foi também uma espécie de habeas corpus preventivo em relação à possibilidade de o governo dos EUA tentar, de alguma forma, atuar na eleição brasileira para ajudar Flávio Bolsonaro. Ao insistir no tema, Lula prepara caminho para um discurso de intervenção na soberania do país.

Apesar de tudo, Trump tem quebrado o galho de Lula ao lhe dar tantos motes para enfrentar o bolsonarismo. Num eventual novo encontro dos dois, o brasileiro bem que poderia mandar um "Thank you, Donald...".

Tales Faria

Fim da escala 6x1 e o jabuti da volta da desoneração das folhas

Oposição e centrão já preparam os jabutis que pretendem apresentar durante a tramitação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) de derrubada da atual escala 6x1 — seis dias de trabalho semanais por um de descanso.

A oposição avalia que dificilmente a PEC deixará de ser aprovada. Se isso ocorresse, o governo teria como aprovar o projeto de lei sobre o tema que já enviou ao Congresso. Até mesmo Ronaldo Caiado (PSD), pré-candidato a presidente da República contra a reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) admitiu: "Do jeito que está, poucos votarão publicamente contra a proposta."

Tanto assim que, na discussão da admissibilidade das duas PECs sobre o assunto que tramitam na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ), os partidos fecharam acordo para aprovação por voto simbólico, o que evitou a necessidade de os parlamentares exporem como cada um votou.

Mas o relator, deputado Paulo Azi (União-BA), deixou claro alguns dos caminhos que o centrão deverá seguir e que contarão com o apoio do PL, quando o fim da escala 6x1 estiver evidente. Em seu relatório, Azi sugere a adoção de uma compensação para as empresas via redução de tributos, argumentando com a possibilidade de elevação de gastos de pessoal caso a redução de jornada entre em vigor:

"Uma possibilidade para mitigar estes riscos da redução da jornada é fazer compensações fiscais, ou seja, reduzir tributos, especialmente sobre a folha, para os agentes que reduzirem sua jornada, o que foi seguido por alguns países europeus."

Ou seja, incluir durante a tramitação o jabuti da volta da desoneração da folha de pagamentos das empresas. Seja na Comissão Especial que será encarregada de aprovar o projeto, seja no plenário.

A desoneração é uma política que permitiu a 17 setores da economia substituir os 20% de contribuição previdenciária patronal ao INSS sobre a folha de salários por uma alíquota menor, de 1% a 4,5% da receita bruta (CPRB). Após acordo entre governo Lula e o Congresso, a desoneração foi mantida até o final de 2024, quando se iniciou um processo de reoneração gradual até 2027, ano em que será retomada a cobrança normal sobre a folha.

Pela proposta de Azi, serão escolhidos novos setores brindados com a desoneração sob o argumento de que teriam prejuízo com o fim da escala 6x1.

Segundo o ministro das Relações Institucionais, José Guimarães, o governo é contra a volta da desoneração das folhas. Em café da manhã com jornalistas no Palácio do Planalto, ele disse: "Não tem que ter mais desoneração. Pelo contrário, o país não suporta isso." Ele acrescentou: "Não tem país que sobreviva economicamente. O governo renunciava a quase R\$ 1 trilhão."

Independentemente dos jabutis que serão incorporados, uma coisa ficou clara na votação da CCJ: o centrão e a oposição não abrirão mão de aprovar regras de transição para a adoção da escala 6x1.

"Deverá ser avaliada com rigor, nos debates subsequentes, a necessidade de incorporar ao texto aprovado um regime de transição que compatibilize a efetividade da reforma com a capacidade de absorção dos distintos setores econômicos", previu o relator em seu parecer.

EDITORIAL

O legado de Francisco ainda paira na Igreja

A sucessão no Vaticano nunca é apenas uma troca de liderança; é, sobretudo, um teste de continuidade histórica e espiritual. A dúvida que paira desde a ascensão do Papa Leão XIV é até que ponto ele manterá o legado do Papa Francisco vivo nas ações e prioridades da Igreja.

Francisco marcou seu tempo ao reposicionar a Igreja no centro dos debates contemporâneos, aproximando-a das periferias sociais e existenciais. Seu papado foi caracterizado por uma ênfase na misericórdia, na justiça social e na urgência das questões ambientais. Mais do que discursos, ele promoveu gestos concretos: simplificou símbolos de poder, deu voz aos marginalizados e insistiu numa Igreja mais comprometida com os desafios do mundo.

Leão XIV herda não apenas uma instituição milenar, mas também expectativas elevadas. A continuidade desse legado depende de sua capacidade de compreender que o impacto de Francisco não se limitou a reformas pontuais, mas a uma mudança de mentalidade. Trata-se de manter viva a ideia de uma Igreja em saída, que dialoga, escuta e age.

Entretanto, continuidade não significa repetição mecânica. Cada pontífice traz consigo sua formação, sua sensibilidade e suas prioridades. O risco está em interpretar o legado de Francisco

como um conjunto de medidas isoladas, e não como um projeto pastoral mais amplo. Se Leão XIV optar por uma abordagem mais conservadora ou institucional, poderá preservar a estrutura, mas esvaziar o espírito transformador que marcou o pontificado anterior.

Por outro lado, há sinais de que a Igreja já não pode recuar facilmente. Temas como mudanças climáticas, desigualdade social e acolhimento de grupos historicamente excluídos tornaram-se parte incontornável da agenda eclesial. Ignorá-los significa não apenas romper com Francisco, mas distanciar-se de uma realidade que interpela a própria relevância da Igreja no século XXI.

O verdadeiro desafio de Leão XIV é equilibrar tradição e renovação. Dar continuidade ao legado de Francisco não implica abdicar da doutrina, mas aprofundar sua aplicação à luz das urgências contemporâneas. É nesse ponto que se definirá seu pontificado ao longo dos anos: na habilidade de manter acesa a chama de uma Igreja mais humana.

Se conseguir isso, Leão XIV não será apenas um sucessor, mas um continuador legítimo de um dos papados mais significativos da era moderna. Caso contrário, correrá o risco de transformar um momento de renovação em uma oportunidade perdida.

Opinião do leitor

Brasília 66 anos

Um sonho de grandeza fez asas escoando emoções. Deu braços de aço aos calejados pioneiros. Cobriu quadras com botões de rosas, colibris e sabiás. Dos cantos dos concretos nasceram álbuns de família. No caminho traçado pelo dedo da eternidade, ilusões criaram raízes e esperanças. Aos 66 anos, Brasília tempera e energiza a vida dos que te amam.

Vicente Limongi Netto
Brasília - Distrito Federal

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

WhatsApp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520

Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes

Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200

Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.